

Porque uma nova revista de Relações Internacionais?

Javier A. Vadell¹

Relações de conflito e cooperação entre unidades políticas existem desde épocas imemoriais e elas se desenrolam e desenvolvem de uma maneira instigante e complexa nos dias atuais. As unidades políticas não são mais simples tribos, são Estados nacionais desiguais *de facto*, embora formalmente iguais, que interagem numa estrutura de poder hierárquica por meio de mecanismos de governança global, com graus diferentes de institucionalização, num sistema econômico capitalista interconectado em diversas redes de poder global transnacional.

As últimas décadas do século XX têm sido testemunhas do fim do sistema bipolar dominado pelos Estados Unidos e a União Soviética, fato que ampliou os horizontes de ação e consolidação do poderio econômico e militar dos Estados Unidos e da possibilidade de acumulação capitalista numa escala geográfica sem precedentes. Esse processo aconteceu permeado por um corpo ideacional liberal que impulsionou: a) a transnacionalização do capital (produtivo e financeiro) e a transnacionalização do Estado; b) as intervenções das potências Ocidentais em diversas regiões do mundo, seja de maneira direta ou por meio das Organizações Internacionais e; c) um papel ativo das instituições financeiras internacionais de crédito (FMI e BM) com o intuito de disciplinar e monitorar as economias dos países em desenvolvimento.

O mundo otimista do ‘fim da história’, onde se conjugariam os ideais de liberalismo e de democracia nos moldes Ocidentais, impulsionados pela força da Globalização neoliberal, é colocado em questão por um cenário internacional mais complexo. A ‘Guerra ao Terror’, lançada pela potência global, os EUA, após o 11/9, que derivou nas intervenções armadas no Afeganistão e no Iraque, e a crise do ‘Consenso de Washington’ inauguraram o século XXI questionando o ‘momento liberal’ da década de 1990: ‘Choque das civilizações’, a ‘volta da geopolítica’ e o ‘retorno do Estado’ foram algumas das expressões vertidas e utilizadas para racionalizar políticas reativas e defensivas. Nesse cenário, novos atores estatais adquiriram protagonismo global, um conjunto de potências intermediárias globais em ascensão, entre as quais se destaca a República Popular da China que, impulsionada pelas reformas econômicas das últimas décadas do século XX, se transforma na segunda maior economia do mundo e se insere nos mecanismos de governança econômica global (OMC, G-20).

¹. Editor Chefe da Revista Estudos Internacionais



Mas, também a Índia, o Brasil e a Rússia ganham – ou retomam, como é o caso do ex-Estado Soviético – espaço econômico e político nesse contexto.

A crise de 2008, que abalou a estrutura econômica global, afetou principalmente os países desenvolvidos, especialmente os EUA e a União Europeia, colocando em xeque algumas das características do sistema internacional e da economia global em transformação: 1) o caráter unipolar do sistema, com a ascensão das ‘novas’ potências intermediárias; 2) o (não) regime financeiro global e o papel das instituições de governança econômica; 3) os modelos de integração regional, em que a Europa tem sido o espelho/exemplo para regiões menos desenvolvidas desde meados do século XX; e 4) os regimes políticos do Oriente Médio e o Magreb que, desde a ‘primavera árabe’, tem desafiado os regimes conservadores autoritários desses países, as alianças deles com as grandes potências e as equações políticas para lidar com o conflito histórico Israel-Palestina, numa região de alta prioridade geopolítica e geoeconômica para os Estados Unidos.

Como mencionado, durante a última década neste conturbado cenário, o Brasil vem consolidando a sua posição no sistema internacional seja em seu papel de *global player* na economia internacional, como mais uma nova potência intermediária global, seja como potência regional na América do Sul, destacando-se em seu papel ativo na integração latinoamericana. O protagonismo brasileiro nas organizações internacionais – ONU/CS, OMC e FMI – e nos mecanismos de governança global como o G-20 financeiro, assim como a participação nas alianças entre potências intermediárias como BRICS e IBAS.

Desta maneira, a necessidade por novas pesquisas para compreender esses acontecimentos e transformações cruciais no atual cenário global e o papel do Brasil nesse contexto responde, em grande medida, a nossa questão inicial de por que propomos uma nova revista acadêmica na área de relações internacionais. Esta nossa iniciativa está ligada às palavras do professor José Flávio Sombra Saraiva quando expressa que o lançamento da revista coincide com o crescimento consistente da área de Relações Internacionais no Brasil e reflete a necessidade de ampliar o conhecimento e as pesquisas nessa área. Nesse sentido, Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas nasce como uma publicação destinada à investigação, o estudo e a promoção do debate sobre as grandes questões internacionais nas suas várias manifestações – política, eco-

nômica, cultural e societária. Nesta linha de raciocínio, compreende-se a análise e a divulgação de temas dominantes das Relações Internacionais – teoria e método, instituições internacionais, política externa, economia política, política internacional, segurança e conflitos internacionais – e daqueles transversais a este campo de conhecimento como integração e cooperação regionais, cooperação internacional, fluxos e redes transnacionais, paz e estabilidade internacional, regras e regimes internacionais. O Conselho Editorial da revista está composto por acadêmicos de prestígio de todos os continentes, especializados em diversas áreas.

Agradecemos o apoio da PUC Minas, em geral, e ao Departamento de Relações Internacionais, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais e à Biblioteca da PUC Minas, em particular. Isso inclui colegas professores e professoras, funcionários e funcionárias e estagiários e estagiárias que, de uma ou outra maneira, estiveram envolvidos e envolvidas neste ambicioso e estimulante projeto acadêmico.